

Tudo pronto para atacar inflação

“O Brasil encontra-se no estágio final de uma longa e às vezes difícil transição. Começou com a democratização e liberalização econômica. Agora deve evoluir para corrigir nossos assustadores desequilíbrios sociais”, afirmou o ministro Fernando Henrique Cardoso no Seminário Brasil-94, ontem, em Nova York.

“Para isso é necessário reformular o papel do Estado e restabelecer o crescimento contínuo com estabilidade econômica. Os níveis de inflação muito elevados durante os últimos anos ofuscaram a percepção das reformas de liberalização. Entretanto, muito foi feito.”

Outros pontos da palestra do ministro:

- Primeiro, houve uma reforma radical do regime comercial. O Brasil é um dos muitos poucos países do mundo que não têm restrições quantitativas. A tarifa média foi reduzida, e a liberalização será perseguida ainda mais, como consequência de negociações por uma tarifa externa comum no Mercosul em janeiro de 1995.

- Segundo, a desregulamentação ocorreu em várias áreas da economia como transporte aéreo, seguro, portos e distribuição de combustíveis. Além disso, um estudo pelo Banco Mundial ressalta que o Brasil está entre os cinco países em desenvolvimento que obteve o progresso mais notável em liberalização financeira. Por último, e não menos importante, foram abolidos controles de preço de longa data e generalizados.

- Terceiro, apesar de a privatização ter demorado a começar, uma vez que se iniciou foi implementada de uma maneira firme. Às vezes não é devidamente visualizada porque não houve bancos ou companhias aéreas a ser privatizadas no Brasil. Entretanto, nos últimos dois anos mais de vinte empresas foram privatizadas (incluindo todo o setor siderúrgico), gerando receitas supe-



Fernando Henrique Cardoso

riores a US\$ 7 bilhões. E existem atualmente cerca de treze empresas no processo de ser privatizadas. E mais seguirão esse passo.

- A tarefa verdadeiramente urgente, e uma que poderá ainda ser realizada sob nosso atual governo, é recriar um ambiente econômico para reduzir a desigualdade. Isto requer crescimento contínuo (que fornece renda e emprego) e restringir a inflação, que, afinal, é um imposto violento e desigual sobre os pobres.

- O ambiente externo está neste momento favorável. Apesar do fraco desempenho dos países industrializados em termos de

expansão, as exportações brasileiras continuaram a crescer, aproximando-se da marca de US\$ 40 bilhões e as reservas permanecem em nível confortável, apesar do aumento firme e desejável das importações, que se seguiram à recuperação interna em 1993. Além disso, estamos presenciando uma combinação favorável de taxas de juros em dólar reduzidas e baixos preços reais de petróleo.

- As únicas incertezas que continuam nessa frente externa favorável serão eliminadas uma vez que concluirmos o acordo de dívida, não depois de fevereiro de 1994, com os bancos comerciais.

- Em resumo, a situação está madura para um ataque frontal contra a inflação, o único obstáculo no caminho para restaurar a expansão sustentável no Brasil depois de uma década de crise.

- Algumas pessoas afirmam que insistimos em ajuste fiscal como uma pré-condição para a estabilização, que demorará demais e que medidas de desindexação e choques são exigidos urgentemente. Posso compreender essa impaciência nas atuais circunstâncias. Durante os últimos 12 meses, a inflação subiu quase persistentemente ao redor de 20% para mais de 30% ao mês e,

recentemente, uma aceleração ocorreu como consequência de crises de fornecimento agrícola e da necessidade de reajustar algumas tarifas públicas, especialmente no setor energético. Entretanto, como eu disse no Comitê Interino do FMI no domingo passado, o governo brasileiro está ciente de que não existe nenhuma solução mágica para baixar a inflação. Nossa experiência durante os últimos anos indica claramente a simples verdade de que qualquer esforço de estabilização não baseado em um ataque frontal aos profundos desequilíbrios nas finanças do governo está fadado a fracassar.

- A opinião pública brasileira sabe até que ponto avançamos desde junho passado na restauração das finanças públicas. Desde o lançamento do Programa de Ação Imediata, o déficit fiscal foi reduzido em US\$ 6 bilhões em 1993; a receita tributária cresceu, fortalecida pelo combate sistemático à sonegação fiscal; concluímos um acordo para acabar com a prática de os estados transferirem suas dívidas para o Governo Federal; proibimos bancos estatais de prestar a governos estaduais; começamos a reestruturar bancos de controle federal e estamos atualmente reformulando o programa de privatização.